HCCOM S. A.

Balanços patrimoniais
levantados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto o prejuízo por ação do capital social)

ATIVO

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.465	19.143
Contas a receber de clientes	6	20.146	37.436
Estoques	8	3.621	4.644
Tributos a recuperar	9	31.693	30.496
Outras contas a receber	7	366	275
Total do ativo circulante		61.290	91.993
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	18.e	12.400	10.963
Depósitos em garantia		28	-
Imobilizado	10	21.387	42.629
Intangível	11	2.198	26.203
Total do ativo não circulante		36.014	79.795
Total do ativo		97.304	171.788

Assinatura Eletrônica Simples
Data: 24/08/2026

Noé Guilherme Medeiros Gomes

Nome: Noé Guilherme Medeiros Gomes
Documento:

Noé Guilherme Medeiros Gomes
Diretor

Assinatura Eletrônica Simples
Data: 24/08/2026

Adelmo Henrique da Silva

Nome: Adelmo Henrique da Silva
Documento:

Adelmo Henrique da Silva
Contador CRC: 081961/O-4

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Document ID: 9e2b05d9-c821-488d-a403-1f7f97443486

HCCOM S. A.

Balanços patrimoniais
levantados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto o prejuízo por ação do capital social)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	13	5.206	13.506
Arrendamentos a pagar	14	6.430	21.206
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	16	8.880	10.314
Obrigações tributárias	17	95	456
Parcelamento de tributos		3.522	4.459
Outras contas a pagar	15	295	762
Total do passivo circulante		24.428	50.704
Passivo não circulante			
Parcelamento de tributos		2.343	3.753
Debêntures	19	514.123	402.939
Arrendamentos a pagar	14	20.127	53.734
Provisão para contingências	18	119.685	35.844
Total do passivo não circulante		656.278	496.270
Total do passivo		680.706	546.974
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	20.a	1.815.668	1.815.668
Reserva de capital	20.b	5.693	5.693
Prejuízos acumulados		(2.404.763)	(2.196.547)
Total do patrimônio líquido		(583.402)	(375.186)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		97.304	171.788

Assinatura Eletrônica Simples
Data: 24/08/2026

Noé Guilherme Medeiros Gomes

Nome: Noé Guilherme Medeiros Gomes
Documento:

Noé Guilherme Medeiros Gomes
Diretor

Assinatura Eletrônica Simples
Data: 24/08/2026

Adelmo Henrique da Silva

Nome: Adelmo Henrique da Silva
Documento:

Adelmo Henrique da Silva
Contador CRC: 081961/O-4

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Document ID: 9e2b05d9-c821-488d-a403-1f7f97443486

HCCOM S. A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto o prejuízo por ação do capital social)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	21	130	357.394
Custo dos produtos vendidos	22	(273)	(314.248)
Lucro bruto		(143)	43.146
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	22	(166)	(14.228)
Gerais e administrativas	22	(129.535)	(227.417)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	5.436	(82.789)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(124.408)	(281.288)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	1.136	31.254
Despesas financeiras	23	(84.435)	(94.991)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(207.707)	(345.025)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo do exercício		(207.707)	(345.025)
Resultado por ação do capital social - em R$	24	(0,114)	(0,190)

Assinatura Eletrônica Simples
Data: 24/08/2026

Noé Guilherme Medeiros Gomes

Nome: Noé Guilherme Medeiros Gomes
Documento:

Noé Guilherme Medeiros Gomes
Diretor

Assinatura Eletrônica Simples
Data: 24/08/2026

Adelmo Henrique da Silva

Nome: Adelmo Henrique da Silva
Documento:

Adelmo Henrique da Silva
Contador CRC: 081961/O-4

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Document ID: 9e2b05d9-c821-488d-a403-1f7f97443486

Manifesto de Assinaturas (Relatório de Evidências)

Bry Signer

Título do documento: 264GH-022-PB C e C (ADC 31-12-25)_publicacao final

Este manifesto é resultado de um processo completo de assinatura utilizando produtos da Bry Tecnologia, sendo um formato destinado à verificação de evidências e portando deve ser usado apenas para conferência. A validade jurídica de uma assinatura feita eletrônicamente só pode ser devidamente verificada em arquivos digitais.
Para validar, comparar, ou baixar outras versões deste documento, vá até o endereço https://app.brysigner.com.br/validate/9e2b05d9-c821-488d-a403-1f7f97443486
e informe a senha de acesso disponibilizada a seguir.

Código de verificação:
9e2b05d9-c821-488d-a403-1f7f97443486

Senha de acesso:
664W4ZOP

Lista de assinantes e eventos

O processo de assinatura obedeceu a seguinte ordem e obteve as evidências descritas abaixo:

01

Criação do processo de assinatura:

21/08/2026 11:14:44 (BRT)

Nome: Liliane Pereira Martins Costa
Email: lcosta.slsadv@cec.com.br

02

Adelmo Henrique da Silva

Assinante
Tipo de assinatura: Eletrônica Simples
Email: asilva.npn@cec.com.br
Assinado em: 24/08/2026 08:05:59 (BRT)
IP: 201.87.239.41

Assinatura Eletrônica Simples
Data: 24/08/2026
Adelmo Henrique da Silva
Nome: Adelmo Henrique da Silva
Documento:

03

Noé Guilherme Medeiros Gomes

Assinante
Tipo de assinatura: Eletrônica Simples
Email: ngomes@cec.com.br
Assinado em: 24/08/2026 13:25:32 (BRT)
IP: 177.47.127.158
Geolocalização: -22.9016057,-43.1755877

Assinatura Eletrônica Simples
Data: 24/08/2026
Noé Guilherme Medeiros Gomes
Nome: Noé Guilherme Medeiros Gomes
Documento:

A Bry Tecnologia atesta que na data de emissão deste protocolo a cópia do documento que se mantém em nosso banco de dados possui as assinaturas e evidências citadas.
Data de emissão do relatório: 24/08/2026 13:25:33 (BRT)

HCCOM S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 264GH-022-PB

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2025	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 - 12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
HCCOM S.A (anteriormente denominada C&C S.A.)
São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da HCCOM S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos potenciais efeitos, dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HCCOM S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Redução ao valor recuperável de ativos ("*impairment*") e falta de revisão de vida útil e valor residual

Conforme descrito na Nota Explicativa no 10 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentava registrado no ativo imobilizado saldo de R$ 21.387 mil. Em decorrência das incertezas relacionadas a continuidade operacional da Companhia, que pode indicar que os citados ativos não seriam recuperados no curso normal das suas operações e pelo fato de a administração da Companhia não ter elaborado estudo sobre o valor recuperável destes ativos, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ter sido afetados de forma relevante e, consequentemente, perdas ao valor recuperável destes ativos poderiam ter sido reconhecidas. Adicionalmente, a Companhia não procedeu com a revisão da vida útil econômica e o valor residual dos bens do ativo imobilizado, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Consequentemente, não nos foi possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, determinar os possíveis efeitos e itens de divulgação, se houverem, nas referidas demonstrações financeiras em virtude das citadas limitações.

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | C&C | GTB57450

Recuperabilidade dos tributos a recuperar

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 9, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui registrado na rubrica tributos a recuperar o montante de R$ 31.693 mil. Em decorrência do processo de reestruturação das atividades que inclui o processo de fechamento das lojas físicas e mudança para a venda pelos canais digitais, não obtivemos estudo de realização dos respectivos tributos a recuperar, Consequentemente, não nos foi possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, determinar os possíveis efeitos e itens de divulgação, se houver, nas referidas demonstrações financeiras em virtude das citadas limitações.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indicam que em 31 de dezembro de 2026 a Companhia, incorreu em prejuízo de R$ 208.424 mil e, naquela data, apresentava prejuízos acumulados no montante de R$ 2.405.502 mil, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R$ 584.141 mil.

Conforme apresentado na referida nota, A Companhia vem passando, desde o exercício de 2024, por um processo relevante de reestruturação de suas operações, que incluiu o encerramento das atividades em lojas físicas, a redução substancial de sua estrutura operacional e a concentração das atividades remanescentes em canais digitais e em vendas pontuais a terceiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou volume reduzido de receitas operacionais e a ainda não consolidou do modelo de negócios adotado. Adicionalmente, a Companhia mantém estoques armazenados no galpão de Guarulhos e obrigações relacionadas ao Centro de Distribuição, cuja devolução encontra-se em negociação com os proprietários, considerando as características específicas do contrato no formato *built-to-suit* (BTS). Esses eventos e condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade da Companhia de continuar operando. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 não incluem quaisquer ajustes relacionados a esses assuntos.

Valores correspondentes do exercício anterior

As demonstrações financeiras da HCCOM S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório emitido em 30 de maio de 2025 continha opinião com ressalva relacionada aos mesmos assuntos apresentados nesse relatório e parágrafo referente a incerteza relevante relacionadas a continuidade operacional da Companhia.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | C&C | GTB57450

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | C&C | GTB57450

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | C&C | GTB57450

HCCOM S. A.

Balanços patrimoniais
levantados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto o prejuízo por ação do capital social)

ATIVO

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.465	19.143
Contas a receber de clientes	6	20.146	37.436
Estoques	8	3.621	4.644
Tributos a recuperar	9	31.693	30.496
Outras contas a receber	7	366	275
Total do ativo circulante		61.290	91.993
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	18.e	12.400	10.963
Depósitos em garantia		28	-
Imobilizado	10	21.387	42.629
Intangível	11	2.198	26.203
Total do ativo não circulante		36.014	79.795
Total do ativo		97.304	171.788

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

HCCOM S. A.

Balanços patrimoniais
levantados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto o prejuízo por ação do capital social)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	13	5.206	13.506
Arrendamentos a pagar	14	6.430	21.206
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	16	8.880	10.314
Obrigações tributárias	17	95	456
Parcelamento de tributos		3.522	4.459
Outras contas a pagar	15	295	762
Total do passivo circulante		24.428	50.704
Passivo não circulante			
Parcelamento de tributos		2.343	3.753
Debêntures	19	514.123	402.939
Arrendamentos a pagar	14	20.127	53.734
Provisão para contingências	18	119.685	35.844
Total do passivo não circulante		656.278	496.270
Total do passivo		680.706	546.974
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	20.a	1.815.668	1.815.668
Reserva de capital	20.b	5.693	5.693
Prejuízos acumulados		(2.404.763)	(2.196.547)
Total do patrimônio líquido		(583.402)	(375.186)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		97.304	171.788

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

HCCOM S. A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto o prejuízo por ação do capital social)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	21	130	357.394
Custo dos produtos vendidos	22	(273)	(314.248)
Lucro bruto		(143)	43.146
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	22	(166)	(14.228)
Gerais e administrativas	22	(129.535)	(227.417)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	5.436	(82.789)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(124.408)	(281.288)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	23	1.136	31.254
Despesas financeiras	23	(84.435)	(94.991)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(207.707)	(345.025)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo do exercício		(207.707)	(345.025)
Resultado por ação do capital social - em R$	24	(0,114)	(0,190)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

HCCOM S. A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto o prejuízo por ação do capital social)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(207.707)	(345.025)
Resultado abrangente total do exercício	(207.707)	(345.025)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

HCCOM S. A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto o prejuízo por ação do capital social)

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.815.668	5.693	(1.851.522)	(30.161)
Prejuízo do exercício anterior (ajustes)	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(345.025)	(345.025)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.815.668	5.693	(2.196.547)	(375.186)
Prejuízo do exercício anterior (ajustes)	-	-	(508)	(508)
Prejuízo do exercício	-	-	(207.707)	(207.707)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.815.668	5.693	(2.404.763)	(583.402)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

HCCOM S. A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto o prejuízo por ação do capital social)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(207.707)	(345.025)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido:			
Depreciação e amortização	10 e 11	9.425	96.079
Baixa de ativo imobilizado e intangível, líquido	10 e 11	88.717	137.409
Prejuízo do exercício anterior (ajustes)		(508)	-
Provisão (reversão) para perdas de créditos esperada		-	(110)
Provisão (reversão) para perdas nos estoques		-	(8.955)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários		83.840	1.891
Provisão (reversão) para baixa do ativo imobilizado		(52.819)	52.819
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		17.291	29.129
Estoques		1.023	179.993
Tributos a recuperar		(1.197)	(23.229)
Despesas antecipadas		(85)	288
Outros créditos		(6)	569
Depósitos judiciais e garantias		(1.464)	721
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(6.519)	(136.433)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(1.434)	(7.796)
Obrigações tributárias		(361)	(2.582)
Pagamento de contingências		-	(28.699)
Contas a pagar		(1.781)	(20.256)
Outras contas a pagar		(424)	(8.421)
Direito de uso		(0)	(141)
Arrendamentos a pagar		(48.384)	(135.679)
Parcelamento de tributos		(2.348)	8.212
Juros pagos		(43)	(728)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(124.785)	(210.944)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(78)	(36.184)
Aquisição de ativo intangível	11	-	(280)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(78)	(36.464)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captação/ Amortização de empréstimos e financiamentos		111.184	252.542
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		111.184	252.542
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(13.678)	5.134
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	19.143	14.009
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	5.465	19.143
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(13.678)	5.134

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A HCCOM S.A. ("C&C" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, estabelecida no Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 63.004.030/0001-96, com sede na Avenida Rotary, nº 768 – Vila Endres, na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, fundada em 1971. A Companhia atua no mercado de varejo de materiais para construção, reforma, decoração e artigos para jardinagem no Brasil, atendendo principalmente consumidores finais (pessoas físicas), bem como indústrias, prestadores de serviços e Companhias do setor da construção civil.

Em 11 de fevereiro de 2025, a Companhia passou a adotar a denominação social HCCOM S.A. ("HCCOM" ou "Companhia"), em substituição à denominação anterior, conforme ata de assembleia geral extraordinária registrada na JUCESP em 21 de fevereiro de 2025.

No decorrer do exercício de 2025, a Companhia encerrou as atividades nas seguintes unidades: Unidade Manoel Gaya, Unidade Morumbi, Unidade Brasil, Unidade Francisco Morato, Unidade Jundiaí, Unidade Giovanne Gronchi.

Atualmente, a Companhia mantém em operação o CD de Guarulhos, localizado na Avenida Rotary, nº 768, Vila Endres, no município de Guarulhos, Estado de São Paulo; o CD de Belford Roxo, localizado na Rua Cardoso Martins, nº 1001, bairro Bom Pastor, no município de Belford Roxo, Estado do Rio de Janeiro; e a filial nº 00058-21, correspondente ao escritório administrativo, situada na Rua Flórida, nº 1.670, conjunto 72, sala 4, 7º andar, Edifício Palmares, bairro Cidade Monções, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

A partir de 2025, a Administração passou a direcionar as operações de venda para canais digitais, incluindo plataformas de marketplace, como o Mercado Livre, bem como para vendas a outras lojas de materiais de construção. Esse movimento está relacionado à reestruturação do modelo operacional da Companhia, que envolveu o encerramento do atendimento em lojas físicas e a adoção de uma estrutura mais enxuta, apoiada principalmente no Centro de Distribuição (CD). As atividades operacionais das unidades físicas foram efetivamente encerradas em 2024; entretanto, a formalização desse encerramento ocorreu apenas em 2025, com a entrega das chaves dos imóveis e a baixa dos respectivos CNPJs. Em função dessa reestruturação, as receitas de vendas em 2025 totalizaram aproximadamente R$ 155 mil. A Companhia mantém estoques armazenados no galpão de Guarulhos, a partir do qual realiza vendas diretas. Em relação ao CD, encontram-se em andamento negociações com os proprietários para sua devolução, as quais apresentam maior complexidade e prazo mais dilatado em razão do contrato no formato built-to-suit (BTS). Para os próximos exercícios, a Administração prevê a continuidade desse modelo operacional, com foco na estabilização das operações nos canais adotados e na avaliação contínua de sua viabilidade econômica.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentou capital circulante líquido de R$ 36.862 (R$ 41.289 em 31 de dezembro de 2024), patrimônio líquido (negativo) de R$ 583.402 (R$ 375.186 em 31 dezembro de 2024) e prejuízos acumulados de R$ 2.404.763 (R$ 2.196.547 em 31 de dezembro de 2024).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão de acordo com a aprovação dos membros da diretoria ocorrida em 29 de abril de 2026.

b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em real (R$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera.

c) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios, e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado do exercício, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

d) Transações em moedas estrangeiras

Convertidas para a moeda funcional da Companhia (real – R$), utilizando-se das taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

e) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis sob o julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As premissas e estimativas contábeis significativas estão descritas na Nota Explicativa nº 4.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas referidas demonstrações e que receitas, custos e despesas são apurados de acordo com o regime de competência.

3.1. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); ou
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os Ativos financeiros são registrados pelo custo amortizado, e para isto, ambas condições devem ser atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e de partes relacionadas.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e **(a)** a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou **(b)** a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado conforme Nota Explicativa nº 3.3.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. A Companhia registrou os passivos financeiros pelo Custo amortizado no Balanço de 31 de dezembro de 2025.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, terceiros e partes relacionadas, arrendamento mercantil financeiro, obrigações tributárias e parcelamento de tributos e são classificados na categoria de Passivos financeiros ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros da Companhia são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando sujeitos a juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

3.3. Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, sendo o risco de realização avaliado pela Administração, que, quando aplicável, considera a constituição de provisão para perdas esperadas com base na avaliação individual dos créditos relevantes, na análise da conjuntura econômica e na estimativa de perdas futuras, considerando, inclusive, a faixa de vencimento dos títulos.

A Companhia adota a abordagem simplificada para mensuração das perdas esperadas, conforme previsto no CPC 48.

3.4. Estoques e provisão para perdas de estoque

Registrados pelo custo médio de aquisição e, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior, ou para perdas de itens sem movimentação ou não realizáveis, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração por meio das perdas ocorridas entre a data de realização do último inventário físico e a data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas nos estoques refere-se a itens considerados obsoletos ou de baixa rotatividade. A base de cálculo das perdas considera somente estoques cujos fornecedores não possuem acordos comerciais para devolução ou não sejam da modalidade de pagamento pós-vendas (“PPV”).

3.5. Ativo imobilizado

São apresentados ao custo e líquido de depreciação se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.6. Ativo intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização.

Os ativos intangíveis são substancialmente representados por:

i) Intangível em andamento

Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas conforme são incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são amortizados desde o início da utilização do produto, pelo método linear, e ao longo do período do benefício esperado.

ii) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil.

Os custos associados à manutenção de software são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- É possível demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis recursos técnicos e financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o software; e
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados ao desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis, como também os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

3.7. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

Com o advindo do CPC 06 (R2) os contratos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional, passam a ter o mesmo tratamento contábil e a mesma nomenclatura.

O arrendamento e o ativo de direito de uso, de acordo com o CPC 06 (R2), estão sendo registrados os contratos firmados que tenham pagamentos futuros e direito de uso de um bem arrendado ou com características de arrendamento.

3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

3.9. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.10. Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos.

3.11. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida por um montante que reflita a contraprestação que a Companhia espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

a) Venda de produtos e mercadorias

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando **(i)** controle dos bens e serviços foram transferidos para o comprador; **(ii)** for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia; **(iii)** os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; **(iv)** não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; **(v)** o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

b) Prestação de serviços

A receita pela prestação de serviços é realizada na venda de seguros e garantia estendida, sendo reconhecida como base: **(i)** a etapa de execução dos serviços realizados até a data do balanço, de acordo com a porcentagem do total de serviços realizados: **(ii)** à medida que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente; e, **(iii)** for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia.

c) Receitas financeira

A receita financeira é reconhecida pro rata die pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetivo.

3.12. Tributos

a) Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço e gera receita tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando prejuízo no exercício, que não foram reconhecidos pelo histórico de prejuízos acumulados, e para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou na reserva de ajustes de avaliação patrimonial, reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$ 240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto, quando aplicável, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

b) Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Imposto diferido é gerado por prejuízos fiscais e diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Em 31 de dezembro de 2025, a administração não registrou valores referentes a Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos, devido ao histórico de prejuízos acumulados.

c) Imposto sobre vendas e serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Os tributos (ICMS, ISS, PIS e Cofins) são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado e os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/Cofins são deduzidos do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

3.13. Fluxo de Caixa

A administração da Companhia apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receitas ou despesas associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

3.14. **Novos pronunciamentos contábeis e interpretações que ainda serão adotados pela Empresa**

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

A partir de 1 de janeiro de 2027, o IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As Empresas são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas serão fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

As entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, e irá adequar a divulgação de acordo com o requerimento da norma nas demonstrações contábeis anuais no período de sua exigibilidade.

Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que a Empresa espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

Reforma tributária no Brasil

Em dezembro de 2024, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional de nº 132/2023, que altera o Sistema Tributário Nacional. O texto que deu origem a Emenda, teve como base, a PEC de nº 45/2019, a qual a versão final, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, no mesmo mês.

O principal objetivo da reforma é a simplificação do sistema tributário, substituindo cinco tributos incidentes sobre o consumo (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por um modelo de tributação dual, composto por: **(i)** Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto Seletivo (IS), aplicável a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente; e **(ii)** Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Além da unificação dos tributos sobre o consumo, a reforma prevê a criação de fundos para compensação de incentivos fiscais, desenvolvimento regional e mitigação de desigualdades econômicas entre os estados. Também estabelece mudanças na tributação patrimonial, como a realocação da competência para a regulamentação do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) para a esfera federal e a ampliação da incidência do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) sobre veículos aquáticos e aéreos.

Em 16 de janeiro de 2025, o presidente do Brasil sancionou a Lei Complementar nº 68/2024, que regulamenta a reforma tributária sobre o consumo. A nova legislação simplifica a cobrança de tributos, elimina a cumulatividade tributária, dá previsibilidade à arrecadação e isenta totalmente de impostos os itens da cesta básica nacional. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou que a reforma trará avanços significativos no médio prazo, aumentando a competitividade da economia brasileira.

O período de transição para o novo modelo tributário será gradual, com etapas progressivas até sua implementação completa. Em 2026, terá início a cobrança da CBS e do IBS em caráter experimental, com alíquotas reduzidas, enquanto os tributos atuais ainda coexistirão. A extinção total do sistema vigente está prevista para ocorrer até 2033.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

A seguir são apresentadas as estimativas contábeis:

a) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

As provisões constituídas para processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda é amparada pela opinião dos consultores jurídicos da Companhia, com base no critério descrito no item 3.10.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata. Os saldos estão demonstrados pelo valor de custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas até a data das demonstrações financeiras.

	2025	2024
Caixa e bancos	111	43
Aplicações financeiras (*)	5.354	19.100
Total	5.465	19.143

(*) As aplicações financeiras referem-se a instrumentos financeiros de curto prazo, incluindo Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e aplicações em fundos de investimento de renda fixa de alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com possibilidade de resgate em período inferior a 90 dias da data de contratação dos instrumentos. Por essa razão, foram classificadas como equivalentes de caixa.

6. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber	20.082	36.982
Operadoras de cartão de crédito	62	454
Outras	1	-
Total	20.146	37.436

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo das contas a receber tinha a seguinte composição por idade de vencimento:

	2025	2024
A **vencer**	19.806	37.425
Vencidos		
Até 30 dias	201	11
De 61 a 90 dias	10	-
De 91 a 120 dias	10	-
De 121 a 180 dias	20	-
Acima de 181 dias	99	-
Total	20.146	37.436
Provisão para perdas esperadas	-	-
Total	20.146	37.436

A Administração esclarece que o saldo de contas a receber da Companhia é substancialmente proveniente da venda realizada em 12/2024.

A Administração avaliou a necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas na data-base, considerando o histórico de inadimplência, a experiência recente de perdas efetivas, o perfil da carteira de clientes e as condições econômicas atuais. Com base nessa avaliação, concluiu que o risco de perda é imaterial, não sendo necessária a constituição de provisão para perdas esperadas em 31 de dezembro de 2025, tampouco a constituição de provisões adicionais.

7. Outras contas a receber

	2025	2024
Adiantamento de fornecedores	66	14
Adiantamentos de pessoal	-	69
Adiantamento de Despesas	16	-
Seguros a Apropriar	52	-
Partes relacionadas	225	192
Outras contas a receber	7	-
Saldo final	366	275

8. Estoques

	2025	2024
Mercadorias para revenda	3.621	3.894
Importações em andamento	-	750
Subtotal	3.621	4.644
Provisão para perdas dos estoques	-	-
Total	3.621	4.644

A variação no saldo de estoques observada no exercício de 2025 decorre, principalmente, da baixa de valores anteriormente registrados como importações em andamento, no montante aproximado de R$ 750 mil, os quais não se concretizaram e foram devidamente regularizados no período. Dessa forma, a redução dos estoques no exercício não está integralmente associada ao volume de vendas realizadas, refletindo também ajustes pontuais e não recorrentes na composição dos estoques.

9. Tributos a recuperar

	2025	2024
ICMS a recuperar	782	548
IRPJ e CSLL retidos nos exercícios anteriores a recuperar	538	538
Imposto de Renda Retido na Fonte	1.016	995
PIS e Cofins a recuperar	29.262	28.415
Impostos a recuperar sobre importação	95	-
Total	31.693	30.496

10. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos seguintes itens:

	2025			2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Em operação				
Máquinas e equipamentos	6.893	(6.351)	542	1.592
Equipamento de processamento de dados	8.989	(8.751)	238	682
Instalações	580	(433)	147	2.326
Móveis e utensílios	5.209	(4.832)	377	1.964
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.643	(3.411)	232	11.234
Direito de uso	54.253	(34.402)	19.851	62.897
Provisão de baixas de ativos	-	-	-	(52.819)
Em andamento				
Imobilizações em andamento	-	-	-	14.753
Total	79.567	(58.180)	21.387	42.629

A movimentação dos saldos do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Máquinas e equipamentos	Equipamento de processamento de dados	Instalações	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso (i)	Imobilização em andamento	Transitória Ativo Imobilizado	Total
Saldo 31 de dezembro de 2023	6.662	2.630	10.325	7.086	37.295	190.080	14.570	-	268.648
Adições	31	44	62	26	200	35.565	256	-	36.184
Baixas **(ii)**	(4.121)	(1.271)	(6.874)	(3.896)	(19.432)	(86.168)	(73)	(52.819)	(174.654)
Depreciação	(980)	(721)	(1.187)	(1.252)	(6.829)	(76.580)	-	-	(87.549)
Saldo 31 de dezembro de 2024	1.592	682	2.326	1.964	11.234	62.897	14.753	(52.819)	42.629
Adições	-	78	-	-	-	-	-	-	78
Baixas **(ii)**	(844)	(184)	(2.140)	(1.412)	(10.923)	(36.615)	(14.753)	52.819	(14.052)
Depreciação	(206)	(338)	(39)	(175)	(79)	(6.431)	-	-	(7.268)
Saldo 31 de dezembro de 2025	542	238	147	377	232	19.851	-	-	21.387

(i) Direito de uso se referem aos Contratos de Arrendamento vigentes, conforme CPC 06 (R2). As adições se referem a reajustes contratuais, e as baixas a encerramentos das atividades de lojas;

(ii) Reflexo do encerramento de lojas, no decorrer do exercício de 2024 e 2025.

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não efetuou avaliação dos indicadores de desempenho operacional ou realizou teste de redução ao valor de recuperação de ativos ("*impairment*").

Ativos cedidos em garantia

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía bens do imobilizado dado em garantia e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, tampouco arrolados em defesa de processos judiciais, exceto pelas obrigações assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro que estão garantidas pela titularidade do arrendador sobre os correspondentes ativos arrendados.

11. Intangível

O intangível é composto pelos seguintes itens:

	2025			2024
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	60.448	(58.250)	2.198	26.203
Total	60.448	(58.250)	2.198	26.203

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Software	Total
Saldo 31 de dezembro de 2023	50.027	50.027
Adições	280	280
Baixas	(15.574)	(15.574)
Amortização	(8.530)	(8.530)
Saldo 31 de dezembro de 2024	26.203	26.203
Adições	-	-
Baixas **(i)**	(21.846)	(21.846)
Amortização	(2.159)	(2.159)
Saldo 31 de dezembro de 2025	2.198	2.198

(i) Reflexo do encerramento de lojas, no decorrer do exercício de 2025.

12. Direito de uso

Direito de uso

Informações adicionais

A Companhia arrenda lojas. Esses arrendamentos normalmente possuem contratos de cinco anos, com opção de renovação após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços.

Os contratos de arrendamento das lojas, firmados há longa data, compreendem o uso conjunto do terreno e das respectivas edificações. Anteriormente, tais contratos eram classificados como arrendamentos operacionais, de acordo com o CPC 06 (R1).

A Companhia chegou à sua taxa de desconto, com base nas taxas de juros prontamente observáveis no mercado brasileiro, considerando o prazo de cada contrato (taxa incremental). A taxa utilizada é de 15,68% a.a. de acordo com os prazos de vencimento dos contratos.

i) Composição do ativo de arrendamento

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas a seguir:

Individual	2025	2024
Ativo de arrendamento mercantil	19.851	62.897
Total	19.851	62.897

ii) Movimentação do ativo de arrendamento a pagar

Individual	2024	Adições de Contratos	Baixas	Amortização	2025
Imóveis	62.897	-	(36.615)	(6.431)	19.851
Total	62.897	-	(36.615)	(6.431)	19.851

Individual	2023	Adições de Contratos	Baixas	Amortização	2024
Imóveis	190.080	35.565	(86.168)	(76.580)	62.897
Total	190.080	35.565	(86.168)	(76.580)	62.897

13. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores nacionais	78	5.247
Contas a pagar	575	3.504
Outros	4.553	4.755
Total	5.206	13.506

14. Arrendamentos a pagar

A HCCOM arrenda lojas. Esses arrendamentos normalmente possuem contratos de cinco anos, com opção de renovação após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços.

Os contratos de arrendamento das lojas, firmados há longa data, compreendem o uso conjunto do terreno e das respectivas edificações. Anteriormente, tais contratos eram classificados como arrendamentos operacionais, de acordo com o CPC 06 (R1).

A Companhia chegou à sua taxa de desconto, com base nas taxas de juros prontamente observáveis no mercado brasileiro, considerando o prazo de cada contrato (taxa incremental). A taxa utilizada é de 15,68% a.a. de acordo com os prazos de vencimento dos contratos.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas a seguir:

a) Composição do passivo de arrendamento

	2025			2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Imóveis	6.430	20.127	26.557	21.206	53.734	74.940
Total	6.430	20.127	26.557	21.206	53.734	74.940

b) Movimentação do passivo de arrendamento

Saldos em 31 de dezembro de 2024	74.940
Amortização	(10.137)
Juros	3.494
Baixas	(41.740)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	26.557

Saldos em 31 de dezembro de 2023	210.619
Amortização	(82.108)
Juros	18.500
Renegociação	35.565
Baixas **(i)**	(107.636)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	74.940

(i) As baixas estão relacionadas a entrega das chaves das lojas encerradas em 2025.

15. Outras contas a pagar

	2025	2024
Clientes a faturar	86	-
Outras	209	762
Total	295	762

16. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2025	2024
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (i)	8.880	9.631
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	-	14
Provisão e encargos sociais sobre férias	-	384
IRRF sobre salários	-	289
Outras	-	(4)
Total	8.880	10.314

(i) A Companhia possui saldo registrado na rubrica "INSS a Recolher", no montante de R$ 8.880, referente à provisão constituída sobre contribuições incidentes no período de outubro de 2020 a janeiro de 2024, relacionadas ao Mandado de Segurança nº 5014233-27.2020.4.03.6100.

O referido processo trata da limitação da base de cálculo das contribuições destinadas a entidades do Sistema S.

Conforme posicionamento jurídico atualizado, após o julgamento do Tema nº 1079 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), ocorrido em 02 de maio de 2024, foram definidos os seguintes prognósticos de risco:

- SESC e SENAC (período de 09/2020 a 05/2024): risco de perda possível, em razão da modulação de efeitos estabelecida pelo STJ;
- SESC e SENAC (período posterior a 05/2024): risco de perda provável, devendo as contribuições ser apuradas sobre a integralidade da base de cálculo;
- SEBRAE (todo o período da ação): risco de perda possível, tendo em vista a ausência de decisão definitiva pelos Tribunais Superiores até o momento.

17. Obrigações tributárias

	2025	2024
ICMS	-	130
PIS e Cofins	-	13
Tributos Retidos de Terceiros a Recolher	95	313
Total	95	456

18. Provisão para contingências

A Companhia é parte integrante de processos judiciais e administrativos nos âmbitos tributário, trabalhista e cível, que surgem no curso normal de suas operações.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de processos em andamento cujas chances de perda são consideradas prováveis:

	Tributários	Trabalhista	Cíveis	Total
Provável	88.835	20.457	10.393	119.685

As principais características dos processos judiciais envolvendo a Companhia podem ser resumidas como segue:

a) Causas trabalhistas

Envolvem diversas reclamações trabalhistas, principalmente referentes à equiparação salarial. O montante registrado como provisão, considerado de perda provável, foi calculado com base na análise dos processos em andamento nas respectivas datas-bases.

b) Causas cíveis

Estão distribuídas em diversas reclamações de clientes e de terceiros, principalmente relacionadas a problemas na entrega de mercadorias, insatisfação de clientes e acidentes de trânsito.

c) Causas tributárias

- **Órgãos municipais –** referem-se, principalmente, a questões relacionadas à Taxa de Fiscalização e Anúncio (TFA) e à Taxa de Licença e Funcionamento (TLF) no montante de R$ 132;

- **Órgãos estaduais –** referem-se, principalmente, a questões relacionadas ao ICMS-ST (CAT 17), à majoração de alíquota do ICMS/SP, de 17% para 18%, ao ICMS sobre importação e ao ICMS sobre fretes e PIS no montante de R$ 9.330; e

- **Órgãos federais –** referem-se, principalmente, a questões relacionadas a Auto de Infração de glosa de créditos de PIS/Cofins referente ao regime não cumulativo na aquisição de produtos para revenda e devolução de produtos para os fornecedores e clientes no período de janeiro a dezembro de 2016, ao Fundo de Investimento Social – Finsocial (valores relativos à alíquota superior a 05%), compensação integral créditos de decisão judicial transitada em julgado (Processo nº 0005735-13.2009.4.03.6100), habilitados no Processo Administrativo nº 13804.722.554/2018-95, referente ao PIS E Cofins sobre ICMS no montante de R$ 78.578 e ao INSS para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra no montante de R$ 795.

d) Perdas possíveis

A Companhia, em 31 de dezembro de 2025, possui ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como possíveis, no montante de causa de R$ 234.244, que não estão provisionadas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	Tributários	Trabalhista	Cíveis	Total
Possível	159.461	70.302	4.481	234.244

Do total das contingências com prognóstico de perda possível, os principais processos referem-se a:

(i) Em junho de 2014, foi lavrado pela Sefaz/SP um auto de infração fiscal ("AIF" nº 4.041.522-3) no montante de R$ 213.735 de causa, atualizado por estimativa em 31 de dezembro de 2025 por R$ 135.620 (2024 por R$ 546.242), que teve por objetivo a exigência de créditos tributários de ICMS sobre mercadorias abrangidas pela substituição tributária do Centro de Distribuição de Guarulhos, relativos ao período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012, decorrentes da suposta prática das seguintes infrações: (1) falta de pagamento do ICMS-ST; (2) creditamento indevido, no mês de dezembro de 2011, de ICMS extemporâneo sobre fretes; (3) creditamento indevido, no mês de janeiro de 2010, de ICMS outorgado (artigos 62 e 11 do Anexo III do Regulamento do RICMS/SP); (4) creditamento indevido, no mês de janeiro de 2010, de ICMS outorgado (artigos 62 e 11 do Anexo III do RICMS/SP); (5) creditamento indevido, de janeiro de 2010 a dezembro de 2012, de escrituração de Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas (CTRC) emitida sem o destaque do imposto das Companhias enquadradas no Regime de MicroCompanhia e Companhia de Pequeno Porte; (6) creditamento indevido, de setembro de 2010 a novembro de 2011, de escrituração de CTRC emitida por Companhia terceira a título de realização de serviços de horas extras; e (7) creditamento indevido, de fevereiro a dezembro de 2012, de créditos extemporâneos oriundos de erros na apuração do imposto que ocasionaram pagamento a maior.

Em julho de 2014, a Companhia protocolou impugnação do referido AIF informando a quitação dos débitos de ICMS decorrentes das infrações descritas nos itens 2 a 5 do AIF (vide parágrafo anterior) e apresentou defesa em relação aos itens 1 e 6 do AIF, considerando: (1) a nulidade do AIF em virtude da utilização de um único Imposto sobre Valor Agregado – IVA no cálculo inverso do ICMS-ST supostamente devido; (2) a desconsideração do ICMS recolhido dos estabelecimentos fornecedores; (3) a impossibilidade de utilização de um único IVA-ST para todas as operações sujeitas ao ICMS-ST durante o período autuado; (4) o erro na aplicação da multa pelo suposto recolhimento a menor de ICMS-ST; e (5) a inaplicabilidade dos juros de mora utilizados no AIF.

Em setembro de 2014, foi proferida decisão julgando prejudicada a apreciação da matéria relativa aos itens 2 a 5 do AIF, tendo em vista o seu pagamento, e julgado procedente o AIF em relação aos itens 1 e 6.

Em setembro de 2018, foi publicada decisão afastando os débitos de 07/2010 a 12/2012 quanto ao item 1 do Auto, contudo manteve integralmente os débitos do item 6 e do item 1 relativo ao período de 01/2010 a 06/2010. Foi afastado aproximadamente 2/3 do valor do Auto de Infração, reduzindo para o montante originário de R$ 70.289. Em dezembro de 2018, a Companhia apresentou Recurso Ordinário. Em março de 2019, foi julgado o Recurso da Fazenda e o Recurso da Companhia.

Em junho de 2019, foi admitido o recurso especial e, em dezembro de 2019, obteve-se a conclusão do julgamento do Recurso Especial da FESP pela Câmara Superior que, por unanimidade, deu provimento ao recurso da Fazenda para anular o acórdão da 2ª Câmara por falta de fundamentação, sendo determinada a realização de um novo julgamento.

Em março de 2020, foi solicitado pelo Ministério Público a efetivação do depósito judicial em R$ 246.495 e sua respectiva atualização após 19 de junho de 2019. Em julho de 2020, a HCCOM solicitou embargos a declaração.

Em agosto de 2020, foi peticionada a concessão do efeito suspensivo no agravo.

Em outubro de 2021, foi incluído na pauta de julgamento de 27 de outubro de 2021 da 9ª Câmara Julgadora. Porém em outubro de 2021 o relator Eduardo Soares de Melo declarou-se impedido, tendo em vista que participou, na Câmara Superior do TIT/SP, do julgamento do Recurso Especial interposto pelo Estado de São Paulo. Com isso, em novembro de 2021 aguardamos distribuição para o novo Relator, para novo julgamento do recurso ordinário pela 2ª Câmara.

Em março de 2022, foi feita distribuição do recurso para a relatoria do Julgador Rogério Hideaki Nomura. Aguarda-se novo julgamento do recurso ordinário e do recurso de ofício, tal como determinado pela Câmara Superior do TIT/SP. Em abril de 2022, foi arquivado definitivamente.

Em novembro de 2024, em virtude do julgamento do TEMA 986 pelo STJ favorável a Fazenda, protocolamos o pedido de desistência da ação a fim de evitar o pagamento dos honorários de sucumbência, conforme art. 1040 § 2º do CPC.

Em setembro 2025, a 7ª Câmara Julgadora concluiu, por voto de qualidade, pelo: **(i)** parcial provimento do nosso Recurso Voluntário, exclusivamente para reduzir os juros à taxa Selic, **(ii)** parcial provimento do Recurso de Ofício, para reestabelecer a parcela relativa aos meses de março, agosto e outubro de 2012, no valor de R$ 132.346,59. Em relação ao nosso Recurso Voluntário, o voto vencedor entendeu, resumidamente, pelo não provimento dos argumentos apresentados. Em outubro 2025, foi feita apresentação de Pedido de Retificação do Julgado.

(ii) Ação Anulatória de débitos fiscais com Pedido de Tutela Antecipada nº 0003583-16.2014.4.03.6100, relativa a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL dos períodos de novembro e dezembro de 2011 decorrentes da não homologação, pela Receita Federal, de compensações efetuadas com créditos originários de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL dos anos calendários 2009 e 2010, bem como de créditos oriundos de pagamento a maior de Cofins do período de dezembro de 2010 e janeiro de 2011, no montante de R$ 1.799 em 31 de dezembro de 2020.

Em 30 de janeiro de 2021, A Companhia aguarda julgamento.

Em outubro de 2022 foi publicada sentença inteiramente favorável à Companhia quanto ao mérito, mas condenou a Companhia ao pagamento dos honorários sucumbenciais. Tendo em vista a possibilidade de majoração desses honorários, optamos por não recorrer da decisão aguardando recurso da União ou trânsito em julgado.

Podem existir outras eventuais obrigações de natureza geral, relativas a impostos de exercícios anteriores, uma vez que não é possível obter aprovação final e definitiva das declarações de impostos no Brasil. A Administração é da opinião que todos os impostos e encargos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, exceto quanto ao comentado anteriormente, em 31 de dezembro de 2022 não eram conhecidas outras causas significativas.

Em 09 de março de 2023 – Certificação do trânsito em julgado. 28/04/2023 – Iniciada execução de sentença peça Fazenda. 23/05/2023 – Protocolada petição de juntada do comprovante de pagamento da verba sucumbencial pela Companhia. Aguardando sentença de extinção da execução.

e) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que se referem e estão classificados no ativo não circulante.

	2025	2024
Tributária	7.370	7.369
Cível	384	512
Trabalhista	4.646	3.082
Total	12.400	10.963

19. Transações com debêntures

Em 6 de dezembro de 2023, a Companhia aprovou a celebração da escritura de emissão de debentures. As debêntures emitidas pela Companhia não possuem cláusulas restritivas. Em 11 de dezembro de 2023 e nos exercícios de 2024 e 2025, concluiu a emissão de 401 mil debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R$ 1 mil, com o objetivo de garantir o nível de liquidez de suas atividades operacionais, com taxa de juros correspondente à remuneração de 2,50% a.a. + CDI.

Debêntures

	2025	2024
Debêntures	514.123	402.939

Saldos em 31 de dezembro de 2024	402.939
Integralizações	39.000
Juros	72.184
Amortizações/pagamentos	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	514.123

Saldos em 31 de dezembro de 2023	150.396
Integralizações	212.100
Juros	40.443
Amortizações/pagamentos	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	402.939

20. Transações com Partes Relacionadas

Os saldos registrados no balancete referentes a partes relacionadas correspondem exclusivamente a valores pagos pela Companhia por conta de seus acionistas, Home Center Holding e JAAM, ambos integrantes do capital social da Companhia, que é uma sociedade por ações de capital fechado.

Tais valores estão registrados no ativo como outras contas a receber (N.E. 7). Na data-base, não existem outros saldos ou transações relevantes com partes relacionadas além dos mencionados.

As referidas operações decorrem de pagamentos pontuais realizados por conta e ordem dos acionistas, não possuindo características de financiamento.

21. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, no valor de R$ 1.815.668 em 31 de dezembro de 2025, está representado por 1.815.668 ações.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

Acionistas	Ações	R$
Home Center Holding S.A.	1.815.667.748	1.815.667.748
JAAM 290 Participações Ltda.	0,01	1
Total	1.815.667.749	1.815.667.749

b) Reserva de capital

Constituída com valores recebidos pela Companhia que não transitaram pelo resultado por não se referirem à venda de bens ou a prestação de serviços. Trata-se basicamente de ágio na emissão de cotas.

22. Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita bruta de vendas de mercadorias **(i)**	155	402.525
Devoluções de vendas	-	(13.734)
Impostos sobre vendas	(25)	(46.274)
Crédito de PIS/Cofins Exclusão Base ICMS	-	14.877
Receita operacional líquida	130	357.394

(i) O valor das vendas em 2025 foi inferior ao observado em exercícios anteriores, em razão de o período ter sido marcado por processo de reorganização interna e realização de testes estratégicos na área comercial. Adicionalmente, parte das vendas foi realizada com a concessão de descontos relevantes, impactando diretamente o montante da receita reconhecida no exercício. No que se refere às contas a receber, parcela das vendas realizadas em 2025 ainda se encontra em aberto na data-base. Destaca-se, ainda, que o saldo mais relevante de contas a receber tem origem em faturamentos realizados no exercício de 2024, decorrentes de operações pontuais e não recorrentes, cujos recebimentos seguem o cronograma acordado entre as partes.

23. Informação sobre a natureza dos custos e das despesas

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2025	2024
Custo das mercadorias vendidas/serviços prestados (*)	(273)	(329.993)
Bonificações	-	19.004
Provisões para perdas e ajustes de inventário	-	(3.259)
Aluguéis	-	(27.871)
Manutenção	(2.095)	(15.453)
Água, energia e despesas de comunicação	(984)	(11.714)
Depreciação e amortização	(2.885)	(19.049)
Impostos e taxas	(3.934)	(9.494)
Segurança	(545)	(5.731)
Salários, encargos e benefícios	(19.351)	(80.730)

	2025	2024
Comissões sobre vendas	(5)	(5.472)
Propaganda e publicidade	(153)	(1.681)
Serviços prestados por terceiros	(14.660)	(41.929)
Fretes	(8)	(2.345)
Outros (**)	(85.081)	(20.176)
Total	(129.974)	(555.893)

Classificados como		
Custo das mercadorias vendidas/serviços prestados	(273)	(314.248)
Despesas com vendas	(166)	(14.228)
Despesas gerais e administrativas	(129.535)	(227.417)
Total	(129.974)	(555.893)

(*) A variação observada na conta de custos decorre, principalmente, da realização de vendas com concessão de descontos incondicionais relevantes em determinados itens. Em alguns casos, tais descontos representaram reduções significativas em relação ao preço original de venda, impactando a relação entre receita e custo dos produtos comercializados.

(**) Trata-se de despesas gerais e administrativas, com maior impacto relacionado a provisão de contingência tributária, processo 5013088-28.2023.4.03.6100 no valor de R$ 78.578, e pagamento de indenizações contratuais devido aos fechamentos das lojas encerradas.

24. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	421	2.701
Atualização do crédito do ICMS na base do PIS e Cofins	217	28.241
Outras-Receitas Financeiras	2	312
Variação monetária ativa	496	-
Total	1.136	31.254

Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(72.184)	(42.016)
Despesas bancárias	(67)	(1.852)
Variação monetária passiva	(1.268)	(3.634)
Despesa financeira com arrendamento	(10.792)	(46.666)
Outras	(123)	(823)
Total	(84.435)	(94.991)

25. Prejuízos por ação do capital social

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(207.707)	(345.025)
Ações do capital social	1.815.668	1.815.668
Valor por ação	(0,114)	(0,19)

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2025	2024
Receita de bonificações	-	1.105
Receita extraordinária (**)	5.336	-
Resultado líquido e Provisão de baixa/venda do ativo (*)	167	(87.516)
Outras	(67)	3.622
Total	5.436	(82.789)

(*) Em 2024 refere-se a baixa dos ativos de lojas que encerraram as atividades. Em 2025, refere-se a receita com a venda de ativo imobilizado.

(**) O montante registrado como receitas extraordinárias no grupo de outras receitas operacionais é composto, principalmente, pelos seguintes eventos não recorrentes: **(i)** reconhecimento das parcelas do acordo comercial firmado com a Bradescard em 2024, apropriadas ao resultado ao longo de 12 parcelas durante o exercício de 2025; (ii) baixa e regularização de saldos registrados em 2024 que deixaram de existir; **(iii)** recuperação de despesas operacionais anteriormente reconhecidas; **(iv)** reversão parcial da provisão para baixa do ativo imobilizado, em função da continuidade das operações do CD de Belford Roxo; e **(v)** contabilização dos valores relativos ao PIS e Cofins – exclusão da base do ICMS sobre vendas, compensados no exercício de 2025.

27. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Administração da Companhia, suportada pela não geração de lucros tributáveis futuros, não constituiu o imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia, que estão sendo controlados no Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur).

28. Instrumentos financeiros

As atividades da Companhia à expõem a diversos riscos financeiros, riscos de mercado (cambial), risco de liquidez. A gestão de risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos financeiros da Companhia, com a utilização de derivativos.

O departamento financeiro identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

a) Riscos de mercado – Cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial oriunda de operações de compra de mercadorias importadas para comercialização e de operações de empréstimos contraídos em moeda estrangeira, em sua maioria dólar.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é resultante da operação comercial com os clientes, porém baixo pois a maioria dos clientes no Varejo utilizam como forma de pagamento dinheiro ou cartões que minimizam o risco para a Companhia.

O risco de crédito é mensurado com base nos dados históricos do cliente e com base nos documentos que já tem operações vencidas.

c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia mantém flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancário com algumas instituições. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	2025	Até 01 ano	Acima de 01 ano	2024	Até 01 ano	Acima de 01 ano
Fornecedores nacionais	78	78	-	5.247	5.247	-
Provisões a pagar	575	575	-	3.504	3.504	-
Outros	4.553	4.553	-	4.755	4.755	-
Arrendamento de aluguéis	26.557	6.430	20.127	74.940	21.206	53.734
Total	31.763	11.636	20.127	88.446	34.712	53.734

Os passivos financeiros com os vencimentos acima de um ano, são apresentados pelos respectivos valores efetivos de pagamento:

	2025			2024		
	Bruto	Juros	Líquido	Bruto	Juros	Líquido
Vencimento em 2025	-	-	-	-	-	-
Vencimento em 2026	-	-	-	27.472	(4.964)	22.508
Vencimento em 2027	8.943	(1.796)	7.147	19.634	(2.559)	17.075
Anos seguintes	14.160	(1.180)	12.980	15.385	(1.234)	14.151
Total	23.103	(2.976)	20.127	62.491	(8.757)	53.734

29. Cobertura de seguros

A Companhia mantém política de contratação de seguros para cobertura de riscos operacionais, incluindo incêndio e riscos diversos, com o objetivo de assegurar, em caso de sinistros, a reposição dos bens e a continuidade de suas operações.

Em 31 de dezembro de 2025, as coberturas contratadas apresentam limites considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos envolvidos em suas operações.

Adicionalmente, a Companhia mantém seguro de responsabilidade civil para administradores (D&O), com o objetivo de mitigar eventuais riscos relacionados à atuação de seus administradores.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratadas pela Administração da Companhia.

30. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia avaliou os eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua autorização para emissão e concluiu que não houve eventos que pudessem requerer ajuste ou divulgação nas demonstrações financeiras.

Noé Guilherme Medeiros Gomes – Diretor Geral